



- 1. Processo nº:** 4237/2015
2. Classe de Assunto: Prestação de Contas
2.1. Assunto: Prestação de Contas Consolidadas Exercício de 2014
3. Responsáveis: Luiz Antônio Alves Saquetim – Gestor a época
Carlito Valdivino de Paula – Controle Interno
Rubens Borges Barbosa – Contador
4. Origem: Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré
5. Relator: Conselheiro Alberto Sevilha
6. MPCjTCE: Não atuou
7. Advogado Constituído: Não atuou

8. Parecer nº 1277/2016

8.1. Tratam os autos da **Prestação de Contas Anuais Consolidadas do exercício de 2014**, onde figura o **Sr. Luiz Antônio Alves Saquetim**, gestor a época, como **ordenador de despesas**, referente ao exercício financeiro de 2013, para fins de julgamento por esta Corte de Contas, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Estadual nº 1.284, de 17.12.2001, e Instrução Normativa - TCE nº TCE nº 006, de 15 de outubro de 2009.

8.2. Autuada neste Tribunal, dentro do prazo legal, a prestação de contas anual foi analisada pela 6ª Diretoria de Controle Externo - DCE, cujo Relatório de Análise de Prestação de Contas apresenta de forma analítica a situação das referidas contas, sendo enumeradas todas as irregularidades apuradas. A referida prestação de contas foi protocolada neste Tribunal em 15/04/2015.

8.3. O responsável foi regularmente citado para se manifestar por determinação do Relator, mediante Despacho nº 1141/2015, e Citações nºs 3304, 3305 e 3306/2015/RELT6-CODIL aos responsáveis, através do SICOP – Sistema de Comunicação Processual (IN 01/2012). Os citados apresentaram suas alegações de defesa, tempestivamente, conforme Certidão nº 140/2016.

8.4. Mediante Análise de Defesa 37/2016, a 6ª DICE considera que as irregularidades apresentadas foram esclarecidas/ justificadas.

8.5. Mediante despacho nº 461/2016, o Conselheiro Substituto Fernando César Malafaia Benevenuto, os autos são encaminhados a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal para esclarecimentos quanto a diferença de valores referente ao duodécimo nas contas do Legislativo e Executivo.

8.6. Através do Memorando 011/2016, a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal informa a duplicidade de lançamento contábil na conta 35112020101010000 nas datas de 10/03, 10/07 e 08/08 de 2014, cujo o valor refere-se a diferença a maior em relação aos valores registrados pelo Legislativo.

8.5. É o relatório, em síntese.

9. ASPECTOS CONTÁBEIS



9.1. Composição do Orçamento - LOA

9.1.1. A prestação de contas do Gestor acima identificado foi analisada em seus aspectos contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional, observados os princípios que regem a administração pública e aos quais se subordinam seus agentes, consoante dispõem a Constituição Federal, em seus artigos 37, 70 e 71, a Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, e a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outros atos normativos que regulamentam a gestão pública e respectiva prestação de contas.

9.1.2. Tendo em vista, que o Balanço Geral é consolidação das contas mensais do exercício, tanto do ponto de vista orçamentário, financeiro, contábil, administrativo, gerencial e operacional, a prestação de contas em exame encontra-se tecnicamente e contabilmente consolidada.

9.1.3. A Lei Municipal nº 1062/2013, aprovou o Orçamento Geral do Município para o exercício de 2014, estimando as Receitas e fixando as Despesas no valor de R\$13.735.688,00 e, ainda, ficou autorizado aos Poderes Executivos abrir créditos suplementares até o limite de 50% sobre o total da despesa nela fixada, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, e o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

9.1.4. Os créditos orçamentários, inicialmente autorizados, sofreram alterações no decorrer do presente exercício ficando assim demonstrados:

Descrição	Valor R\$
Orçamento Inicial	35.120.000,00
Créditos Suplementares	7.907.034,29
Créditos Especiais Extraordinários	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Reduções	(7.731.258,65)
Total dos Créditos Orçamentários	35.295.775,64

Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Exercício de 2014 e Lei 1062/2013 - SICAP

9.1.5. O Orçamento foi alterado através de abertura de Créditos Suplementares no valor de R\$7.907.034,29, representando 22,51% das despesas fixadas no orçamento, **estando dentro** o percentual estabelecido na LOA, de acordo com art. 167, V da Constituição Federal.

9.2. Balanço Orçamentário

9.2.1. O Balanço Orçamentário foi consolidado com todos os órgãos da Administração Direta, Indireta e Poder Legislativo do Município referente ao exercício de 2014.

9.2.2. Do ponto de vista orçamentário, consta no demonstrativo contábil as receitas previstas em confronto com as receitas realizadas e as despesas fixadas com as



despesas executadas, conforme determina o art. 101 e 102 da Lei Federal 4.320/64¹, apresentou-se da seguinte forma:

RECEITAS		
PREVISÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
35.140.000,00	35.140.000,00	11.958.551,89
DÉFICIT ORÇAMENTARIO		0,00

Fonte: Anexo 12

9.2.3. O saldo acima apresentado está informado nos valores líquidos, ou seja, já está com as deduções das receitas.

DESPESAS					
DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMPENHADA	DESP. LIQUID.	DESP. PAGA	SALDO
35.120.000,00	35.295.775,64	11.868.633,80	11.861.025,00	11.663.799,65	23.427.141,84
SUPERAVIT ORÇAMENT.		89.818,09			

Fonte: Anexo 12

9.2.4. De acordo com a Portaria STN nº 437/2012, válido a partir de 2013, e Portaria Conjunta nº 02 de 13 de junho de 2012, art. 5º, a despesa e receita orçamentaria serão registradas conforme os procedimentos legais estabelecidos para registro orçamentários, sem prejuízos do disposto nos incisos XVIII e XXVIII do art. 7º do Decreto nº 6.976/2009², que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e disponibilizar estatística fiscais do setor público consolidado, em consonância com os padrões e as regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União faz parte. Portanto de acordo com os novos procedimentos, deve ser analisado os quocientes do Balanço Orçamentário quanto a receita e despesa.

1. Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{PIR (Previsão Inicial da Receita)}}{\text{DID (Dotação Inicial da despesa)}} = \frac{35.140.000,00}{35.120.000,00} = 1,05$$

9.2.5. Conforme demonstrado, observa-se que houve um **equilíbrio** no trabalho de previsão da receita com a dotação inicial da despesa, para cada R\$1,00 de despesa, há prevista R\$1,05 de receita, o que resultará em resultado equilibrado.

2. Quociente de execução da receita:

$$\frac{\text{RR (Receita realizada)}}{\text{DID (Dotação Inicial da despesa)}} \times 100 = \frac{11.958.451,89}{35.120.000,00} \times 100 = 35,02$$

¹ Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos 12, 13, 14 e 15 e quadros demonstrativos constantes dos Anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

² XVIII - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos contábeis com vistas a dar condições para a produção, sistematização, disponibilização das estatísticas fiscais do setor público consolidado, em consonância com os padrões e regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União for parte;

XXVIII - editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas aplicado ao setor público, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público;



PIR (Previsão inicial da receita) 34.140.000,00

9.2.6. De acordo com a análise realizada, verifica-se uma insuficiência de arrecadação em relação a receita inicial prevista de 64,97%.

3. Quociente de desempenho da arrecadação:

$$\frac{\text{RR (Receita realizada)}}{\text{PIR (Previsão atualizada da receita)}} = \frac{11.958.451,89}{34.140.000,00} \times 100 = 35,02$$

9.2.7. O mesmo índice é apresentado em relação a previsão atualizada da receita.

4. Quociente de execução de despesa:

$$\frac{\text{DE (Despesa Executada/ Liquidada)}}{\text{DAD (Dotação Atualizada da Despesa)}} = \frac{11.861.025,00}{35.295.775,64} \times 100 = 33,60\%$$

9.2.9. Observa-se nesse índice que em relação a dotação atualizada da despesa em relação as despesas executadas efetivamente, nesse caso as liquidadas, o índice de utilização foi de 33,60%, nesse contexto sugere um inadequado planejamento em sua execução, pois a despesa foi superestimada.

5. Quociente do resultado orçamentário:

$$\frac{\text{RR (Receita Realizada)}}{\text{DE (Dotação Empenhada)}} = \frac{11.958.451,89}{11.868.633,80} \times 100 = 100,75\%$$

9.2.10. Através desse quociente, podemos afirmar que o órgão obteve **um superávit orçamentário de 0,75%**, ou em valores monetários de R\$89.818,09, atendendo ao art. 1º, § 1º e 4º, I, “a”, da Lei Complementar 101/2000 c/c ao art. 48, “b” da Lei Federal nº 4.320/64.

9.3. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

9.3.1. Balanço Financeiro

9.3.1.1. Neste demonstrativo contábil são apresentadas as receitas orçamentárias, segundo as categorias econômicas (correntes e de capital), e as despesas orçamentárias, de acordo com as funções de governo, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, complementados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. É a situação financeira líquida.

9.3.1.2. O Balanço Financeiro nos evidencia as receitas realizadas: transferências ou arrecadação direta para o exercício R\$11.958.451,89; ingressos extra



orçamentária R\$1.963.148,56 e valor do exercício anterior R\$667.798,44, totalizando R\$14.736.681,65.

9.3.1.3. As despesas orçamentárias do exercício foram de R\$11.868.633,80; R\$1.990.38,31 de despesas extras orçamentárias, remanescendo saldo para o exercício seguinte de R\$877.689,54, totalizando R\$14.736.681,65.

9.3.2. Balanço Patrimonial

9.3.2.1. Em síntese, a situação econômica e financeira da entidade ao final do exercício demonstrando, de um lado – *na coluna do Ativo* –, os saldos das contas representativas dos *bens e direitos*, e do outro lado – *na coluna do Passivo* –, os saldos das contas representativas de *compromissos assumidos com terceiros e do saldo patrimonial positivo*, ou seja, do patrimônio líquido da instituição pública que, em caso de saldo positivo evidencia *Ativo Real Líquido*, e em caso de saldo negativo evidencia *Passivo Real Líquido*.

9.3.2.2. O Balanço Patrimonial se evidencia da seguinte maneira:

ATIVO	Valor R\$	PASSIVO	Valor R\$
Ativo Circulante	1.709.517,56	Passivo Circulante	512.089,13
Ativo não Circulante	4.481.544,50	Passivo não Circulante	0,00
		Total do Passivo	512.089,13
		Patrimônio Líquido	7.323.866,96
Total do Ativo	6.191.062,06	Total	7.835.956,09

Fonte: Anexo 14

9.3.2.3. Quanto ao demonstrativo contábil acima representado cabe algumas considerações de acordo com a **5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, já que foi alterada toda a sua estrutura, facilitando o entendimento do demonstrativo, sendo incluído o Patrimônio Líquido.

9.3.2.4. O Patrimônio Líquido será composto pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, basicamente essa diferença será igual a somatória do grupo Resultados Acumuladas, ficando assim demonstrado:

$$PL = A - P$$

$$PL = 6.191.062,06 - 512.089,13 = 5.678.972,93$$

9.3.2.5. O resultado nos apresenta uma situação favorável, já que o valor do ativo é superior ao passivo, demonstrando um patrimônio líquido considerável.

9.3.2.6. No entanto o Balanço Patrimonial apresenta as seguintes irregularidades:

a) O valor apresentado no cálculo acima demonstrado não é o mesmo apresentado no BP, já que no demonstrativo contábil o valor do PL está superior ao ativo do órgão, fato que contabilmente é impossível acontecer;

b) O valor do resultado do exercício apurado na DVP é de R\$2.183.282,10, diferente do valor demonstrado no BP de R\$7.176.584,20;



c) O BP demonstra fechamento irregular com uma diferença de R\$1.644.894,03;

d) No BP – Passivo Permanente apresenta saldo de R\$108.383,11, no entanto, não consta registro no Passivo não Circulante.

9.3.2.6. Deixo de calcular os índices exigidos pela nova contabilidade pública, pois os mesmos não representaram a situação real do município devido as inconsistências acima relatadas.

9.3.3. Demonstração das Variações Patrimoniais

9.3.3.1. As variações ativas R\$11.819.945,93 são superiores as variações passivas R\$9.636.663,83, indicando um superávit patrimonial do período de R\$2.183.282,10.

9.4. LIMITES CONSTITUCIONAIS LEGAIS

9.4.1 Despesas com Pessoal

9.4.1.1. Verifica-se através de dados extraídos do SICAP, que os gastos com pessoal total em relação à Receita Corrente Líquida foram de **59,32%**, sendo 56,08% para o Executivo e 3,24% para o Legislativo, constituindo o limite máximo para o Executivo 54% e Legislativo 6% de acordo com o art. 20, III da Lei Complementar 101/2000. Constata-se que o Legislativo está **de acordo ao que determina a legislação, já o Executivo estourou o índice determinado para despesas com pessoal.**

9.4.2 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

9.4.2.1. A Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional 53/2006 definem os meios de financiamentos para o desenvolvimento e manutenção do ensino. Dispõe o art. 212 da Constituição Federal que o Município deve aplicar, anualmente, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

9.4.2.2. Dos valores calculados pelo SICAP, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino em relação às receitas atingiram o percentual de **25,33%**, **cumprindo o limite constitucional exigido.**

9.4.3 Aplicações do FUNDEB

9.4.3.1. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a União definiu que uma proporção não inferior a 60% dos recursos seria para assegurar a Valorização do Magistério de cada ente da Federação e destinado ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. De



acordo com os dados fornecidos pelo SICAP, foram aplicados 75,84%, com remuneração do magistério, **atendendo o limite mínimo de 60%**.

9.4.4 Aplicações nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

9.4.4.1. Os recursos aplicados em ações de saúde foram de 22,26% superaram o limite mínimo de 15%, restando atendidas as disposições da Emenda Constitucional nº 29/2000 c/c ao art. 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

9.4.5. Repasse ao Poder Legislativo

9.4.5.1. O artigo 29-A da Constituição Federal dispõe que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os limites que variam de 7% a 5%, a depender da população do município, do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.

9.4.5.2. O repasse realizado ao Legislativo em relação a receita do exercício anterior de R\$7.455.428,07 foi de 7,39%, ou em valores monetários de R\$551.003,62, em **desconformidade** com o dispositivo constitucional.

9.4.5.3. No entanto, cabe informar que de acordo com os dados contábeis da Câmara Municipal, o valor do repasse ao Legislativo Municipal foi de R\$521.480,45 (fonte: Sicap contábil – Câmara Municipal de Brejinho de Nazaré - <https://app.tce.to.gov.br/sicap/contabil/auditor/app/index.php>)

Conforme esclarecido pela Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, o Executivo Municipal contabilizou dois documentos em duplicidade na conta 35112020101010000, totalizando R\$29.524,78, justamente a diferença em relação aos valores lançados pelo Executivo e Legislativo, no entanto, segundo o Memorando 011/2016, não há como comprovar se o lançamento em duplicidade foi gerado pela Câmara ou Prefeitura. Diante disso, sugiro considerar o valor apresentado no Legislativo Municipal, dando cumprimento no índice constitucional e maior verificação nas contas de ordenador do executivo.

9.4.6. Outros atos de gestão

9.4.6.1. No que se refere aos outros aspectos da legalidade e legitimidade dos atos e fatos, nossa análise foi restrita aos documentos acostados, ficando a cargo das auditorias ordinárias e extraordinárias realizadas no município, verificarem a regularidade de tais atos administrativos.

10. CONCLUSÕES

10.1. As inconsistências contábeis encontradas na prestação de contas foram:



- a) O valor apresentado no cálculo acima demonstrado não é o mesmo apresentado no BP, já que no demonstrativo contábil o valor do PL esta superior ao ativo do órgão, fato que contabilmente e impossível acontecer;
- b) O valor do resultado do exercício apurado na DVP é de R\$2.183.282,10, diferente do valor demonstrado no BP de R\$7.176.584,20;
- c) O BP demonstra fechamento irregular com uma diferença de R\$1.644.894,03;
- d) No BP – Passivo Permanente apresenta saldo de R\$108.383,11, no entanto, não consta registro no Passivo não Circulante.

10.2. Tais inconsistências não estão sendo levadas em conta para convicção de julgamento em razão da não manifestação da área técnica em relação a essas irregularidades, embora as mesmas sejam de natureza grave, devendo serem verificadas quando da análise das contas de ordenador de despesas.

10.3. Após as análises realizadas com base nos autos, nos diversos demonstrativos contábeis e no relatório apresentado pela 6ª DICE/TCE, realizamos análise pormenorizada, ponto a ponto, e considerando ainda que as demais irregularidades apresentadas no Relatório de Análise da Prestação de Contas foram justificadas satisfatoriamente.

10.4. ASSIM, por todo o exposto, manifesto no sentido de que, s.m.j., pode o Egrégio Tribunal de Contas emitir parecer prévio pela **APROVAÇÃO** das contas consolidadas do município de Brejinho de Nazaré, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Luiz Antônio Alves Saquetim**, nos termos dos arts. 10, inciso III, § 1º e 103 da Lei nº 1.284 de 17 de dezembro de 2001³ c/c artigo 28 e 32 do Regimento Interno⁴, com a recomendação de que o Executivo observe os apontamentos acima, no sentido de não permanecerem nas próximas contas.

É o Parecer S.M.J.

GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, Capital do Estado, aos 23 dias do mês de junho de 2016.

³ **Art. 10.** O Tribunal, ao apreciar os processos, decidirá:

III – no caso de parecer prévio, pela aprovação ou rejeição das contas anuais;

§ 1º O parecer prévio emitido sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 103. O parecer prévio a que se refere o art. 1º, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

⁴ **Art. 28** - O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas.

Art. 32 - O projeto de parecer prévio das contas municipais fará remissão à análise geral e fundamentada do relatório técnico, com as ressalvas e recomendações do Relator, se existentes, devendo concluir pela aprovação ou rejeição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
JESUS LUIZ DE ASSUNÇÃO

JESUS LUIZ DE ASSUNÇÃO

Conselheiro Substituto
Matrícula nº 023.491-5
Portaria nº 91, de 12/02/2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JESUS LUIZ DE ASSUNCAO

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matrícula: 234915

Código de Autenticação: 43138625349c6c7b5049cb18eee37337 - 23/06/2016 14:30:29